Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING INTERNET

22/06/2015 ATÉ 22/06/2015

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CONVÊNIOS
1.1 BLOG AQUILES EMIR..... 1
1.2 BLOG CÉLIA FONTENELE..... 2
1.3 BLOG DO ACÉLIO..... 3
1.4 BLOG DO DJALMA RODRIGUES..... 4 5
1.5 BLOG DOMINGOS COSTA..... 6 7
1.6 BLOG GENIVALDO ABREU..... 8
1.7 BLOG GILBERTO LIMA..... 9
1.8 BLOG JEISAEL.COM..... 10
1.9 BLOG JOHN CUTRIM..... 11
1.10 BLOG LUÍS CARDOSO..... 12
1.11 BLOG LUÍS PABLO..... 13
1.12 BLOG MARRAPÁ..... 14
1.13 BLOG ZECA SOARES..... 15 16
1.14 G1 MARANHÃO..... 17
1.15 IMIRANTE.COM..... 18
1.16 O IMPARCIAL ONLINE..... 19
1.17 SINDJUS..... 20
1.18 SITE CNJ..... 21 22
2 DECISÕES
2.1 BLOG LUÍS CARDOSO..... 23

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG AQUILES EMIR
POSITIVA
MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI FIRMA CONVÊNIO COM GOVERNO DO ESTADO PARA MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL

Ministro Ricardo Lewandowski firma convênio com Governo do Estado para melhoria do sistema prisional

O governador Flávio Dino e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, assinam nesta segunda-feira (22), às 13h, termo de compromisso para adequar o sistema de justiça criminal do Maranhão para a melhoria do sistema de execução penal e carcerário maranhense.

Dentre as ações que devem ser executadas estão a construção e conclusão dos estabelecimentos prisionais em alguns interiores e na capital, São Luís; a celebração de convênios para manter os centros de reintegração social; o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário; a regularização do atendimento à saúde no Complexo de Pedrinhas, dentre outras.
Celebrarão o termo o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, o Governo do Maranhão, o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Maranhão.

Serviço
** O quê: Assinatura do Termo de Compromisso entre o Conselho Nacional de Justiça e o Governo do Maranhão.*
** Quando: Segunda-feira (22), às 13h.*
** Onde: Palácio dos Leões.*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG CÉLIA FONTENELE - POLÍTICA
POSITIVA
LEWANDOWSKI ASSINA TERMO POR MELHORIAS NOS PRESÍDIOS DO MARANHÃO

Lewandowski assina termo por melhorias nos presídios do Maranhão

Presidente do STF Ricardo Levandowiski durante solenidade em São Luís (Foto: Divulgação / TJ-MA)Presidente do STF Ricardo Lewandowski durante solenidade em São Luís (Foto: Divulgação / TJ-MA)
O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ricardo Lewandowski assinou um termo de cooperação com a Justiça do Maranhão, nesta segunda-feira (22), em solenidade realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em São Luís. O documento prevê a reestruturação do sistema carcerário maranhense.

A medida foi tomada um ano e cinco meses depois que o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo anunciu um plano emergencial para conter a crise carcerária no Estado. De acordo com a assessoria do TJ-MA, o termo determina a reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia.

Na ocasião, o ministro falou que a "cultura do encarceramento" e o "excesso de litigiosidade judicial" são duas das principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro. Ele lembrou que, atualmente, há pelo menos 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação no país.

Lewandowski afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito do preso ser apresentado ao juiz e respeita os pactos internacionais de direitos humanos, com o objetivo de reduzir prisões desnecessárias e melhorar o processo de ressocialização.

"A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança porque, se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade", explicou.

Também assinaram o compromisso a presidente do TJ-MA desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA Mário Macieira; a defensora pública-geral Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa Hugo Leonardo.

O governador Flávio Dino (PCdoB) também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG DO ACÉLIO - POLÍTICA
POSITIVA
PRESIDENTE DO STF VISITA ESTADO DO MARANHÃO

Presidente do STF visita Estado do Maranhão

O presidente da OAB/MA, Mário Macieira, participou nesta segunda (22) da solenidade de assinatura de Termo de Cooperação Técnica prevendo a consolidação das rotinas de execução penal, aplicação de alternativas penais e sensibilização da sociedade para a necessidade das políticas adotadas pelo sistema de Justiça Criminal do Maranhão, e do Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penas e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados de Convenções Internacionais de Direitos com a presença do presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski. Os atos aconteceram, respectivamente, no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Palácio dos Leões, sede do governo.

Após a assinatura do termo de compromisso no Tribunal de Justiça, o ministro Ricardo Lewandowski, acompanhou a realização de uma audiência de custódia, na sala das Sessões das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça (TJMA). A audiência de custódia é uma das medidas apontadas pelo termo de cooperação assinado, garante a oitiva judicial de presos em flagrante no prazo de 48 horas da notificação da prisão.

O sistema vem sendo adotado pela Justiça maranhense desde 17 de outubro de 2014, e será incrementado. O plano de trabalho prevê a ação conjunta dos poderes Judiciário e Executivo, CNJ, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-MA e o Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa (IDDD).

O presidente da OAB-MA, Mário Macieira destacou, na oportunidade, que a adoção da audiência de custódia é fundamental para assegurar que o preso seja ouvido pelas autoridades, com o objetivo de preservar os direitos individuais, evitar as prisões ilegais e coibir a prática de eventuais abusos que podem ocorrer no ato da prisão.

A assinatura do termo de com o governo do estado vai garantir a implantação de medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó – resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Com informações do TJ/MA e do Governo do Estado do Maranhão

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG DO DJALMA RODRIGUES - DJALMA RODRIGUES
POSITIVA
GOVERNO E STF FIRMAM ACORDO PARA FINALIZAR CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRESÍDIOS

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entrega para julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG DO DJALMA RODRIGUES - DJALMA RODRIGUES
POSITIVA
MINISTRO LEWANDOWSKI E AUTORIDADES ACOMPANHAM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO TJMA

Ministro Lewandowski e autoridades acompanham audiência de custódia no TJMA

Após participar de assinatura de Termo de Cooperação Técnica, nesta segunda-feira (22), prevendo a consolidação das rotinas de execução penal, aplicação de alternativas penais e sensibilização da sociedade para a necessidade das políticas adotadas pelo sistema de Justiça Criminal do Maranhão, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, acompanhou a realização de uma audiência de custódia, na sala das Sessões das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça (TJMA).

A audiência de custódia é uma das medidas apontadas pelo termo de cooperação assinado, garante a oitiva judicial de presos em flagrante no prazo de 48 horas da notificação da prisão. O sistema vem sendo adotado pela Justiça maranhense desde 17 de outubro de 2014, e será incrementado. O plano de trabalho prevê a ação conjunta dos poderes Judiciário e Executivo, CNJ, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-MA e o Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa (IDDD).

Na ocasião, as autoridades fizeram a oitiva do preso N.S., 18 anos. Segundo os autos, o acusado foi autuado em São Luís por roubo de um celular e uma carteira com R$ 132,00, acompanhado de um menor.

Durante o interrogatório, o acusado assumiu a prática do delito. Depois do pronunciamento do representante do Ministério Público, promotor de Justiça Carlos Lindoso, e do defensor público Adriano Damasceno, o juiz confirmou a regularidade da prisão em flagrante e, conforme o registro de antecedentes delitos praticados quando menor, concedeu a liberdade provisória ao preso, com a aplicação de medida cautelar e o monitoramento eletrônico com o uso de tornozeleiras.

"O exame do fato diz qual a medida adequada a ser aplicada ao preso. A conversa com o detento e a análise dos autos são fundamentais para a compreensão do fato e para a fundamentação da decisão judicial", explicou o juiz Antonio Almeida, coordenador da Central de Inquéritos, que presidiu a audiência.

Segundo informações da 2ª Vara de Execuções Penais, no período de outubro do ano passado a fevereiro deste ano, 425 audiências de custódia foram realizadas no Maranhão, resultando em 257 liberações (60,4%) e 168 prisões (39,6%).

PLANTÃO - Na última sexta-feira, a Corregedoria Geral da Justiça decidiu estender o sistema de audiências de custódia para o serviço de plantão criminal da Região Metropolitana de primeiro Grau, cujos autos de prisões em flagrante passam a ser distribuídos para a Central de Inquéritos, com o objetivo de encaminhar os autuados para o contato com o juiz.

Segundo a corregedora Nelma Sarney, as audiências de custódia foram institucionalizadas com a assinatura do acordo e todos os juízes maranhenses da capital e interior já estão autorizados a trabalhar com esse sistema, desde que tenham condições para realizar as audiências.

Atualmente, cerca de 80% dos autos de prisão em flagrante da capital e região metropolitana são distribuídos durante o plantão criminal que funciona aos finais de semana, feriados e fora do expediente normal. Com a redistribuição dos autos do plantão para a Central de Inquéritos, a previsão é de que o aumento do volume de serviços seja maior que o dobro do atual.

O presidente da OAB-MA, Mário Macieira destacou, na oportunidade, que a adoção da audiência de custódia é fundamental para assegurar que o preso seja ouvido pelas autoridades, com o objetivo de preservar os direitos

individuais, evitar as prisões ilegais e coibir a prática de eventuais abusos que podem ocorrer no ato da prisão.

Participaram da audiência desembargadores do TJMA; o vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Lourival Serejo; a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz; o coordenador-geral da UMF, desembargador Fróz Sobrinho; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Luis Cosmo; a procuradora-chefe da Procuradoria Geral da República no Maranhão, Carolina Mesquita; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Santos, os juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria, além de outras autoridades.

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG DOMINGOS COSTA
POSITIVA
GOVERNO E STF FIRMAM ACORDO PARA FINALIZAR CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRESÍDIOS NO MA

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política),

Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG GENIVALDO ABREU - GENIVALDO ABREU
POSITIVA
GOVERNO E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMAM ACORDO PARA FINALIZAR CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRESÍDIOS NO MA

Governo e Supremo Tribunal Federal firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado."Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA. Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.AçõesEm Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente.

Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz

Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG GILBERTO LIMA
POSITIVA
GOVERNO E SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL FIRMAM ACORDO PARA FINALIZAR CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRESÍDIOS NO MA

Governo e Supremo Tribunal Federal firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios no MA

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em

fase de detalhamento.
O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG JEISAEL.COM
POSITIVA
GOVERNO E STF ASSINAM ACORDO PARA FINALIZAR A CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PRESÍDIOS

Governo e STF assinam acordo para finalizar a construção e reformas de presídios

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22), o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas na gestão da ex-governadora Roseana Sarney (PMDB).

Com o acordo, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.
Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado.AçõesEm Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG JOHN CUTRIM - BLOG JOHN CUTRIM
POSITIVA
FLÁVIO DINO E PRESIDENTE DO STF ASSINAM ACORDO PARA FINALIZAR CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRESÍDIOS

Flávio Dino e presidente do STF assinam acordo para finalizar construção e reforma de presídios

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado.

"Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.

O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.

O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.

O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.

Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.

O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.

Ações

Em Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.

O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG LUÍS CARDOSO
POSITIVA
MINISTRO LEWANDOWSKI E AUTORIDADES ACOMPANHAM AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA EM SÃO LUÍS

Ministro Lewandowski e autoridades acompanham audiência de custódia em São Luís

Após participar de assinatura de Termo de Cooperação Técnica, nesta segunda-feira (22), prevendo a consolidação das rotinas de execução penal, aplicação de alternativas penais e sensibilização da sociedade para a necessidade das políticas adotadas pelo sistema de Justiça Criminal do Maranhão, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, acompanhou a realização de uma audiência de custódia, na sala das Sessões das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça (TJMA).

A audiência de custódia é uma das medidas apontadas pelo termo de cooperação assinado, garante a oitiva judicial de presos em flagrante no prazo de 48 horas da notificação da prisão. O sistema vem sendo adotado pela Justiça maranhense desde 17 de outubro de 2014, e será incrementado. O plano de trabalho prevê a ação conjunta dos poderes Judiciário e Executivo, CNJ, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB-MA e o Instituto de Defesa dos Direitos de Defesa (IDDD).

Na ocasião, as autoridades fizeram a oitiva do preso N.S., 18 anos. Segundo os autos, o acusado foi autuado em São Luís por roubo de um celular e uma carteira com R$ 132,00, acompanhado de um menor.

Durante o interrogatório, o acusado assumiu a prática do delito. Depois do pronunciamento do representante do Ministério Público, promotor de Justiça Carlos Lindoso, e do defensor público Adriano Damasceno, o juiz confirmou a regularidade da prisão em flagrante e, conforme o registro de antecedentes delitos praticados quando menor, concedeu a liberdade provisória ao preso, com a aplicação de medida cautelar e o monitoramento eletrônico com o uso de tornozeleiras.

"O exame do fato diz qual a medida adequada a ser aplicada ao preso. A conversa com o detento e a análise dos autos são fundamentais para a compreensão do fato e para a fundamentação da decisão judicial", explicou o juiz Antonio Almeida, coordenador da Central de Inquéritos, que presidiu a audiência.

Segundo informações da 2ª Vara de Execuções Penais, no período de outubro do ano passado a fevereiro deste ano, 425 audiências de custódia foram realizadas no Maranhão, resultando em 257 liberações (60,4%) e 168 prisões (39,6%).

PLANTÃO - Na última sexta-feira, a Corregedoria Geral da Justiça decidiu estender o sistema de audiências de custódia para o serviço de plantão criminal da Região Metropolitana de primeiro Grau, cujos autos de prisões em flagrante passam a ser distribuídos para a Central de Inquéritos, com o objetivo de encaminhar os autuados para o contato com o juiz.

Segundo a corregedora Nelma Sarney, as audiências de custódia foram institucionalizadas com a assinatura do acordo e todos os juízes maranhenses da capital e interior já estão autorizados a trabalhar com esse sistema, desde que tenham condições para realizar as audiências.

Atualmente, cerca de 80% dos autos de prisão em flagrante da capital e região metropolitana são distribuídos durante o plantão criminal que funciona aos finais de semana, feriados e fora do expediente normal. Com a redistribuição dos autos do plantão para a Central de Inquéritos, a previsão é de que o aumento do volume de serviços seja maior que o dobro do atual.

O presidente da OAB-MA, Mário Macieira destacou, na oportunidade, que a adoção da audiência de custódia é fundamental para assegurar que o preso seja ouvido pelas autoridades, com o objetivo de preservar os direitos individuais, evitar as prisões ilegais e coibir a prática de eventuais abusos que podem ocorrer no ato da prisão.

Participaram da audiência desembargadores do TJMA; o vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Lourival Serejo; a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz; o coordenador-geral da UMF, desembargador Fróz Sobrinho; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Luis Cosmo; a procuradora-chefe da Procuradoria Geral da República no Maranhão, Carolina Mesquita; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia; o diretor do Fórum de São Luís, Osmar Santos, os juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria, além de outras autoridades.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
22/06/2015 - BLOG LUÍS CARDOSO - LUIS CARDOSO
POSITIVA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA VOLTA AO CARGO BALDOÍNO EM BACURI

Tribunal de Justiça volta ao cargo Baldoíno em Bacuri

O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu hoje a tarde,22, retornar ao cargo de prefeito, José Baldoíno da Silva Nery, em Bacuri.

O cargo vinha sendo exercido pelo vice-prefeito Richard Nixon.

Em Bacuri, a população aguarda ansiosa o retorno do prefeito que foi eleito pelo voto popular e foi afastado depois que o motorista de um veículo (pau de arara) sofreu um acidente e sete estudantes morreram.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG LUÍS PABLO
POSITIVA
LEWANDOWSKI ACOMPANHA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MA

Lewandowski acompanha audiência de custódia no Tribunal de Justiça do MA

Ricardo Lewandowski acompanhando a realização de uma audiência no TJ-MA|

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, acompanhou neste segunda-feira, dia 22, a realização de uma audiência de custódia, na sala das Sessões das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O ministro participou da audiência, após participar de assinatura de Termo de Cooperação Técnica, prevendo a consolidação das rotinas de execução penal, aplicação de alternativas penais e sensibilização da sociedade para a necessidade das políticas adotadas pelo sistema de Justiça Criminal do Maranhão.

Na ocasião, as autoridades que acompanharam a audiência fizeram a oitiva do preso N.S., 18 anos, que foi autuado em São Luís por roubo de um celular e uma carteira com R$ 132,00, acompanhado de um menor.

Participaram também da audiência os desembargadores Lourival Serejo (vice-presidente do TRE), Anildes Cruz (vice-presidente do TJMA), Fróz Sobrinho (coordenador-geral da UMF), Luis Cosmo (presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região), a procuradora Carolina Mesquita (chefe da Procuradoria Geral da República no MA), o juiz Osmar Santos (diretor do Fórum de São Luís), além de outras autoridades.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG MARRAPÁ
POSITIVA
FLÁVIO E LEWANDOWSKI ASSINAM TERMO PARA MELHORIA DO SISTEMA PRISIONAL

Flávio e Lewandowski assinam termo para melhoria do sistema prisional

O governador Flávio Dino e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, assinam o Termo de Compromisso para adequar o sistema de justiça criminal do Maranhão. Nos últimos anos o estado não concluiu as obras e adequações estabelecidas pelo CNJ para a melhoria do sistema de execução penal e carcerário maranhense.

Dentre elas a construção e conclusão dos estabelecimentos prisionais em alguns interiores e na capital, São Luís; a celebração de convênios para manter os centros de reintegração social; o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário; a regularização do atendimento à saúde no Complexo de Pedrinhas, dentre outras.

Celebrarão o termo o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, o Governo do Maranhão, o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Maranhão.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG ZECA SOARES - BLOG DO ZECA SOARES
POSITIVA
LEWANDOWSKI NO MARANHÃO

Lewandowski no Maranhão

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participou de solenidade no Tribunal de Justiça nesta segunda-feira (22), quando assinou Termo de Cooperação que prevê ações para a adequação do sistema de justiça criminal do Maranhão. Também assinaram o compromisso a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício, Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA, Mário Macieira; a defensora pública-geral, Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo.

Os signatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia. O governador do Estado, Flávio Dino, também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

O ministro Ricardo Lewandowski falou das duas principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro, que são a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade judicial, refletidos pelos atuais 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação. Ele elogiou o pioneirismo do Maranhão na realização da audiência de custódia - quando o juiz, logo após a prisão em flagrante, faz a verificação da legalidade e necessidade da prisão - e do avanço na política de conciliação. O Maranhão conta com 17 centros de solução de conflitos na capital e no interior, que realizam sessões de conciliação para homologação judicial de acordos entre as partes.

Ricardo Lewandoswki afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito de todo preso de ser apresentado ao juiz e respeita pactos internacionais de direitos humanos, como o Pacto da Costa Rica, reduzindo as prisões desnecessárias e melhorando o processo de ressocialização. "A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança, porque se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade", explicou.

O ministro elogiou a atuação dos 16.500 magistrados brasileiros, que mesmo em quantidade insuficiente resolvem os conflitos de toda a sociedade, mesmo em meio a dificuldades, garantindo que o Brasil prossiga na busca pela consolidação como um país do futuro e de destaque no cenário internacional. "Apesar dos problemas como, má distribuição de renda e dificuldades econômicas, grande parte da harmonia e paz social que vivemos devemos aos juízes", observou.

A desembargadora Cleonice Freire ressaltou as ações do TJMA para o sucesso das audiências de custódia, realizadas desde setembro do ano passado e que vem contribuindo para a diminuição do encarceramento. "Damos muita importância a esse projeto e estamos inclusive, capacitando nossos juízes para a prática através da Escola da Magistratura", observou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - BLOG ZECA SOARES
POSITIVA
MELHORIAS EM PRESÍDIOS

Melhorias em presídios

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participou de solenidade no Tribunal de Justiça nesta segunda-feira (22), quando assinou Termo de Cooperação que prevê ações para a adequação do sistema de justiça criminal do Maranhão. Também assinaram o compromisso a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício, Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA, Mário Macieira; a defensora pública-geral, Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo.

Os signatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia. O governador do Estado, Flávio Dino, também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

O ministro Ricardo Lewandowski falou das duas principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro, que são a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade judicial, refletidos pelos atuais 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação. Ele elogiou o pioneirismo do Maranhão na realização da audiência de custódia - quando o juiz, logo após a prisão em flagrante, faz a verificação da legalidade e necessidade da prisão - e do avanço na política de conciliação. O Maranhão conta com 17 centros de solução de conflitos na capital e no interior, que realizam sessões de conciliação para homologação judicial de acordos entre as partes.

Ricardo Lewandoswki afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito de todo preso de ser apresentado ao juiz e respeita pactos internacionais de direitos humanos, como o Pacto da Costa Rica, reduzindo as prisões desnecessárias e melhorando o processo de ressocialização. "A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança, porque se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade", explicou.

O ministro elogiou a atuação dos 16.500 magistrados brasileiros, que mesmo em quantidade insuficiente resolvem os conflitos de toda a sociedade, mesmo em meio a dificuldades, garantindo que o Brasil prossiga na busca pela consolidação como um país do futuro e de destaque no cenário internacional. "Apesar dos problemas como, má distribuição de renda e dificuldades econômicas, grande parte da harmonia e paz social que vivemos devemos aos juízes", observou.

A desembargadora Cleonice Freire ressaltou as ações do TJMA para o sucesso das audiências de custódia, realizadas desde setembro do ano passado e que vem contribuindo para a diminuição do encarceramento. "Damos muita importância a esse projeto e estamos inclusive, capacitando nossos juízes para a prática através da Escola da Magistratura", observou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - G1 MARANHÃO
POSITIVA
LEWANDOWSKI ASSINA TERMO POR MELHORIAS NOS PRESÍDIOS DO MARANHÃO

Lewandowski assina termo por melhorias nos presídios do Maranhão

Presidente do STF Ricardo Lewandowski durante solenidade em São Luís (Foto: Divulgação / TJ-MA)

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ricardo Lewandowski assinou um termo de cooperação com a Justiça do Maranhão, nesta segunda-feira (22), em solenidade realizada no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), em São Luís. O documento prevê a reestruturação do sistema carcerário maranhense.

A medida foi tomada um ano e cinco meses depois que o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo anunciu um plano emergencial para conter a crise carcerária no Estado. De acordo com a assessoria do TJ-MA, o termo determina a reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia.

Na ocasião, o ministro falou que a "cultura do encarceramento" e o "excesso de litigiosidade judicial" são duas das principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro. Ele lembrou que, atualmente, há pelo menos 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação no país.

Lewandowski afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito do preso ser apresentado ao juiz e respeita os pactos internacionais de direitos humanos, com o objetivo de reduzir prisões desnecessárias e melhorar o processo de ressocialização.

"A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança porque, se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade", explicou.

Também assinaram o compromisso a presidente do TJ-MA desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA Mário Macieira; a defensora pública-geral Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa Hugo Leonardo.

O governador Flávio Dino (PCdoB) também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - IMIRANTE.COM
POSITIVA
MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI ASSINA TERMO DE MELHORIA DA JUSTIÇA CRIMINAL DO MARANHÃO - IMIRANTE.COM

Ministro Ricardo Lewandowski assina termo de melhoria da Justiça Criminal do Maranhão

SÃO LUÍS - Na manhã desta segunda-feira (22), o ministro Ricardo Lewandowski, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinou o Termo de Cooperação para Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Criminal do Estado do Maranhão.

O documento foi assinado pelo ministro e por representantes de diversas instituições, entre elas o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), Ministério Público do Maranhão, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil.

O termo prevê a cooperação entre os diversos órgãos para a instalação de medidas administrativas buscando a adequação do sistema de Justiça criminal aos padrões previstos pela Constituição Federal, Lei de Execuções Penais e tratados e convenções internacionais de direitos humanos.

O documento busca, ainda, um aprimoramento da rotina de execução penal, garantindo maior celeridade aos atos processuais, além de reestruturar o sistema carcerário por meio da reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais. Está prevista a conclusão emergencial, pelo Executivo, de cinco unidades prisionais, criando 1.134 novas vagas.

Em seu discurso, Lewandowski ressaltou dois fenômenos que têm sido combatidos pelo CNJ. O primeiro deles é a cultura do encarceramento. De acordo com o ministro, o Brasil tem, atualmente, cerca de 600 mil encarcerados. "Pior do que isso é o fato de que 40% deles são presos provisórios. São aqueles que vivem em condições subumanas sem jamais sequer terem visto um magistrado, em clara ofensa ao princípio da presunção da inocência".

Lewandowski parabenizou a Justiça maranhense por estar realizando audiências de custódia desde setembro de 2014, na qual os presos em flagrante são apresentados imediatamente a um juiz, que verifica a necessidade e legalidade da prisão.

O segundo problema apontado pelo ministro é o excesso de litigiosidade. Dados do CNJ revelam que há cerca de 100 milhões de processos em tramitação no Brasil atualmente. Para Lewandowski, este é um problema difícil de ser enfrentado, pois esse número cresce exponencialmente e há menos de 17 mil magistrados em todo o país.

"Qual é a solução? A solução é, exatamente, se utilizar de medidas alternativas à judicialização dos conflitos, que são, justamente, a conciliação, a mediação e a arbitragem, sobretudo no que diz respeito aos direitos de natureza patrimonial", apontou Ricardo Lewandowski.

Governo e STF firmam acordo para finalizar construção e reforma de presídios

O Governo do Maranhão e o Supremo Tribunal Federal (STF) firmaram Termo de Compromisso para adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição Federal e por Tratados e Convenções Internacionais de Direitos Humanos. O Governo se compromete a concluir a construção de quatro penitenciárias e a reforma de outras quatro, no interior do estado."Este novo acordo abriu caminho para avançar o Sistema Judiciário do Maranhão, para estruturar o sistema penal e consagrar o autêntico plano de Governo do Maranhão que será fielmente cumprido", disse o governador Flávio Dino durante o encontro com o presidente do STF.O governador Flávio Dino e o presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, assinaram na tarde desta segunda-feira (22) o Termo de Compromisso que vai implementar medidas de adequação do Sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Com o apoio técnico e financeiro do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça, o Estado se compromete a finalizar as obras abandonadas no governo anterior.O ministro Lewandowski enfatizou a união de esforços de todas as instâncias de poder durante o ato. "Das várias comendas que recebo essa tem especial significado porque ela me é outorgada no momento em que os dois poderes, o Executivo e o Judiciário, na presença do poder Legislativo, dão um passo significativo para resolver um problema da cultura do encarceramento", disse o presidente do STF agradecendo a homenagem e reforçando a importância dos avanços que serão alcançados pelo Governo do Estado e pelo Poder Judiciário do Maranhão.O Poder Executivo do Maranhão concluirá obras e reformas que estão atrasadas há 16 meses. Emergencialmente, serão concluídas quatro unidades prisionais no interior e uma na capital, criando 1.134 novas vagas. Também serão finalizadas as reformas e ampliações dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó - resultando na criação de 564 novas vagas para os interiores, a partir das reformas.Além das ações de infraestrutura, também serão implementadas políticas de ressocialização, aprimoramento dos centros de reintegração social, assistência aos encarcerados e o fortalecimento da Ouvidoria do Sistema Penitenciário pelo Governo do Maranhão para fortalecer a atenção e cuidados aos presos em todo o estado. Entre elas, estão o cuidado com a saúde, fortalecimento da atenção aos egressos e o aprimoramento da Política Estadual de Alternativas Penais.O compromisso foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça entre o Ministério da Justiça, o Governo do Estado e as instituições maranhenses ligadas ao Sistema de Execução Penal, que são: Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.Estavam presentes no ato, o prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior, o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Humberto Coutinho, a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Freire, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Maranhão, Mário Macieira, a corregedora geral do Estado, Nelma Sarney, o procurador do estado Rodrigo Maia, os secretários Marcelo Tavares (Casa Civil) e o adjunto, Carlos Lula (Casa Civil), Rodrigo Lago (Transparência e Controle), Jefferson Portela (Segurança Pública), Murilo Andrade (Administração Penitenciária), Márcio Jerry (Articulação Política), Ester Marques (Cultura), o presidente da Comissão Central de Licitação, Paulo Guilherme e representantes do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e Defensoria Pública do Maranhão.AçõesEm Timon e Pinheiro serão criadas 306 vagas, em cada município, com obras previstas para serem entregues em novembro de 2015 e janeiro de 2016, respectivamente. Em Imperatriz serão criadas 210 vagas, com previsão de entrega em setembro deste ano. Em São Luiz Gonzaga serão criadas 312 vagas, com previsão de entrega para dezembro de 2016. A Unidade de Segurança Máxima, em São Luís, possui projeto que está em fase de detalhamento.O Estado do Maranhão se compromete ainda em concluir a reforma e ampliação dos presídios nos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, o que significa a criação de 564 vagas, assim distribuídas: em Balsas serão criadas 126 vagas, em Açailândia 162 vagas com previsão de entregapara julho deste ano. Em Codó serão criadas 156 novas vagas, com previsão de entrega para outubro deste ano. No município de Pedreiras serão criadas 120 vagas com previsão de entrega em novembro de 2015.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - SINDJUS - NOTÍCIAS
POSITIVA
ASSINADO TERMO DE COOPERAÇÃO PARA MELHORIA DO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL NO MARANHÃO

Cleonice Freire, Flávio Dino e Ricardo Lewandowski assinam termo de cooperação no Maranhão

Flávio Dino discursa ao lado da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire e do ministro Ricardo Lewandowski. Foto: O ImparcialFlávio Dino discursa ao lado da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire e do ministro Ricardo Lewandowski. Foto: O Imparcial

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, participou de solenidade no Tribunal de Justiça nesta segunda-feira (22), quando assinou Termo de Cooperação que prevê ações para a adequação do sistema de Justiça Criminal do Maranhão. Também assinaram o compromisso a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; a corregedora-geral da Justiça, Nelma Sarney; a procuradora-geral da Justiça em exercício, Terezinha Guerreiro; o presidente da OAB-MA, Mário Macieira; a defensora pública-geral, Mariana Albano e o diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo.
Ministro Lewandowski assina termo sob olhar de governador Flávio Dino.Ministro Lewandowski assina termo sob olhar de governador Flávio Dino.

Os signatários se comprometeram a engendrar esforços para reestruturar o sistema carcerário maranhense, com reforma estrutural e organizacional das unidades prisionais, políticas de atenção aos presos, aprimoramento da rotina de execução penal e consolidação da audiência de custódia. O governador do Estado, Flávio Dino, também assinou o documento em seguida, no Palácio dos Leões.

O ministro Ricardo Lewandowski falou das duas principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário brasileiro, que são a cultura do encarceramento e o excesso de litigiosidade judicial, refletidos pelos atuais 600 mil presos e 100 milhões de processos em tramitação. Ele elogiou o pioneirismo do Maranhão na realização da audiência de custódia – quando o juiz, logo após a prisão em flagrante, faz a verificação da legalidade e necessidade da prisão – e do avanço na política de conciliação. O Maranhão conta com 17 centros de solução de conflitos na capital e no interior, que realizam sessões de conciliação para homologação judicial de acordos entre as partes.

Para o ministro, "se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade."Para o ministro, "se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade."

Ricardo Lewandoswki afirmou o apoio do CNJ à política da audiência de custódia no Maranhão, que garante o direito de todo preso de ser apresentado ao juiz e respeita pactos internacionais de direitos humanos, como o Pacto da Costa Rica, reduzindo as prisões desnecessárias e melhorando o processo de ressocialização. “A audiência é um grande avanço civilizatório e contribui para aumentar a segurança, porque se enviamos à prisão uma pessoa que pode receber medidas alternativas, ela sai pós-graduada na criminalidade”, explicou.

O ministro elogiou a atuação dos 16.500 magistrados brasileiros, que mesmo em quantidade insuficiente resolvem os conflitos de toda a sociedade, mesmo em meio a dificuldades, garantindo que o Brasil prossiga na busca pela consolidação como um país do futuro e de destaque no cenário internacional. “Apesar dos problemas como, má distribuição de renda e dificuldades econômicas, grande parte da harmonia e paz social que vivemos devemos aos juízes”, observou.

A desembargadora Cleonice Freire ressaltou as ações do TJMA para o sucesso das audiências de custódia, realizadas desde setembro do ano passado e que vem contribuindo para a diminuição do encarceramento. “Damos muita importância a esse projeto e estamos inclusive, capacitando nossos juízes para a prática através da Escola da Magistratura”, observou.

MEDALHA – Durante a solenidade, a desembargadora Cleonice Freire entregou ao ministro Ricardo Lewandowski a Medalha Especial do Mérito Judiciário Cândido Mendes, aprovada por unanimidade no Órgão Especial, no último dia 15 de abril. “Sinto-me honrado por ser agraciado com a mais alta comenda, que homenageia um dos grandes juristas desse país, a qual recebo em nome de todo o Judiciário”, agradeceu.

Também participaram da solenidade a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), desembargador Luis Cosmo Silva Junior; o vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Lourival Serejo, a procuradora da República Carolina da Hora, além dos desembargadores do TJMA, magistrados e outras autoridades.

Acordo prevê audiências de custódia e adequação do sistema prisional do MA

22/06/2015 - 15h58 São Luis, 22/06/2015 - Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski participa da Solenidade de Assinatura de Termo de Cooperação do Sistema Prisional Maranhense. Fotos: Gláucio Dettmar/Agência CNJ
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Poder Judiciário do Maranhão e o Governo do Estado assinaram nesta segunda-feira (22/6), em São Luís, um termo de compromisso destinado à reestruturação do sistema carcerário e de execução penal do estado, considerado um dos mais problemáticos do país.

Para o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, as medidas visam adequar o sistema de execução penal e carcerário aos padrões estabelecidos pela Constituição e por tratados e convenções internacionais de Direitos Humanos. “A audiência de custódia é uma obrigação legal imposta pelo Pacto de San Jose da Costa Rica, mas que não vinha sendo cumprida desde 1992”, afirmou o ministro após a assinatura do termo de compromisso no TJMA.

As medidas previstas no termo de compromisso representam também uma resposta do Estado brasileiro às cobranças de organismos internacionais por providências que impeçam mortes e violações de direitos humanos no sistema penitenciário do estado, principalmente no Complexo de Pedrinhas. Em dezembro de 2013, relatório produzido pelo CNJ apontou a morte de 60 presos dentro do Complexo de Pedrinhas e de outras unidades prisionais do estado.

O documento apontou ainda outras violações dos direitos humanos, como a superlotação e a falta de segurança para detentos e parentes de presos – algumas das quais seriam submetidas a estupros, segundo denúncias de detentos. As mortes e violações aos direitos humanos em Pedrinhas levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) a cobrar do governo brasileiro uma solução para o problema.

O termo assinado nesta segunda-feira traz mais de 20 compromissos assumidos pelo governo maranhense e pelos órgãos do Judiciário para a adequação do sistema prisional do estado. As medidas são direcionadas a três objetivos: a reestruturação do sistema carcerário, o aprimoramento da rotina de execução penal e a consolidação das audiências de custódia no estado, com adequação do programa ao projeto do CNJ.

“Esse convênio significa um esforço de colaboração de várias entidades. Não apenas do CNJ, do TJMA, mas também do Ministério da Justiça, do governo do estado, da Defensoria Pública, do Ministério Público e da OAB. Com isso, não apenas resolvemos um aspecto de natureza prática, material, como também damos esperança para aqueles que estão presos”, afirmou o ministro Lewandowski.

Audiência de Custódia – O acordo prevê a adesão dos órgãos locais ao projeto Audiência de Custódia, do CNJ. O estado foi o primeiro a implementar as audiências de custódia no país, em outubro de 2014, mas a iniciativa desenvolvida no estado é diferente do projeto nacional, implementado pelo CNJ em São Paulo e no Espírito Santo.

Uma das principais diferenças entre os dois projetos diz respeito ao chamado “escopo restaurativo”, contido na proposta do CNJ, que prevê a criação ou fortalecimento de centrais integradas de alternativas penais, centrais

de monitoramento eletrônico, centrais de serviços e assistência social e câmaras de mediação penal.

Essas centrais serão responsáveis por apresentar ao juiz opções ao encarceramento provisório. Além disso, o projeto do CNJ estabelece prazo máximo de 24 horas para a apresentação do preso em flagrante ao juiz, o que ainda não acontece no Maranhão. “Com as audiências de custódia, o encarceramento provisório no estado vem diminuindo”, afirmou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire.

A ideia é que o alinhamento do estado ao projeto nacional resulte na ampliação e no fortalecimento das audiências de custódia no estado, com a criação ou fortalecimento das estruturas voltadas às penas alternativas, implantação do atendimento aos finais de semana e interiorização da iniciativa. Atualmente as audiências são realizadas apenas na Central de Inquéritos de São Luís.

O termo de compromisso estabelece ainda medidas direcionadas à saúde e à reintegração social de egressos do sistema prisional, como a aproximação com as entidades do sistema S (Senai, Senac, Senar, Sesi, etc) para a capacitação e colocação profissional de ex-detentos e a criação de ambientes próprios para oficinas de trabalho, aulas e cursos profissionalizantes nas unidades prisionais.

Infraestrutura – Outro ponto importante do acordo é a conclusão de quatro presídios no interior do estado e um na capital, totalizando um investimento de ao menos R$ 35,6 milhões na criação de 1.134 novas vagas (veja detalhes na tabela abaixo). O governo se compromete ainda a concluir a reforma e ampliação dos presídios dos municípios de Balsas, Pedreiras, Açailândia e Codó, com a criação de outras 564 vagas. As novas vagas servirão para que presos que cumprem pena na capital sejam transferidos para presídios no interior, próximos a sua família.

“Esse termo permitirá avançar ainda mais na modernização do sistema penitenciário maranhense, na medida em que poderemos estruturar melhor o sistema penitenciário, seja com medidas quantitativas, ou seja, mais vagas, seja com medidas qualitativas, uma melhor gestão”, afirmou o governador Flávio Dino, durante a cerimônia de assinatura realizada na sede do governo. Segundo o governador, o número de mortes e fugas no sistema penitenciário maranhense diminuiu 60% nos últimos cinco meses.

A assinatura do termo de compromisso foi realizada em duas etapas. Na primeira, realizada no final da manhã na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), o compromisso foi firmado pelo presidente do CNJ e do STF, ministro Ricardo Lewandowski, pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire, pela corregedora-geral de Justiça do estado, desembargadora Nelma Sarney, pela defensora-pública geral do estado, Mariana Albano de Almeida, pelo presidente da seccional Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil, Mário de Andrade Macieira, pelo diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Hugo Leonardo, e pela representante do Ministério Público do Maranhão. A assinatura do termo foi concluída no início da tarde na sede do governo do estado, com a adesão do governador, Flávio Dino.

Tatiane Freire
Agência CNJ de Notícias

Unidades a serem concluídas

Município

Vagas

Valor (R$)

Previsão de Entrega

Pinheiro

306

R$ 12.426.475,27

01/2016

Timon

306

R$ 12.156.883,53

11/2015

Imperatriz

210

R$ 3.918.205,86

09/2015

São Luiz Gonzaga

312

R$ 7.118.440,39

12/2016

São Luís IV

Unidade de segurança máxima, cujo projeto está em fase de detalhamento

Unidades a serem ampliadas

Município

Vagas

Valor (R$)

Previsão de Entrega

Balsas

126

R$ 2.953.492,90

07/2015

Açailândia

162

R$ 2.834.988,00

07/2015

Codó

156

R$ 3.025.000,03

10/2015

Pedreiras

120

R$ 2.621.345,74

11/2015

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
22/06/2015 - SITE CNJ - NOTÍCIAS
POSITIVA
(POSTADO EM 19.06.15) PRESIDENTE DO CNJ FIRMA COMPROMISSO PARA REESTRUTURAR SISTEMA PRISIONAL DO MA

Presidente do CNJ firma compromisso para reestruturar sistema prisional do MA

O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, estará nesta segunda-feira (22/6) em São Luís/MA para a assinatura de inédito termo de alinhamento e compromisso, destinado à reestruturação do sistema carcerário e de execução penal do estado. Entre as medidas a serem implementadas está a conclusão de cinco novas unidades prisionais, a ampliação de quatro presídios já existentes e a ampliação das audiências de custódia já realizadas em São Luís para todo o estado, com a adesão das autoridades locais ao programa desenvolvido pelo CNJ.

Em 2014, uma série de rebeliões, mortes e situações de violação aos direitos humanos nas unidades penitenciárias de Pedrinhas levou a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) a cobrar do governo brasileiro medidas para proteger a vida e a integridade de todos os que frequentam o complexo. A ideia é que as medidas a serem adotadas após a assinatura do termo de alinhamento e compromisso sirvam como resposta concreta à demanda da CIDH ao Estado Brasileiro e possam evitar novos desrespeitos a direitos, permitindo salto de qualidade ao sistema de justiça criminal local, a partir da adequação do sistema carcerário e de execução penal do Maranhão aos padrões estabelecidos por tratados e convenções internacionais de direitos humanos assinadas pelo Brasil.

O termo de alinhamento e compromisso será firmado entre o CNJ, o Ministério da Justiça, o Governo do Estado, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), a Corregedoria-Geral da Justiça do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no estado e também pelo Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD).

A primeira rodada de assinaturas acontece às 11h30, no Salão Nobre do TJMA, e contará com a presença da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Silva Freire, e da corregedora-geral de Justiça do estado, desembargadora Nelma Sarney, entre outras autoridades. Pouco antes, às 11h, o ministro receberá a Medalha Cândido Mendes, maior comenda do Judiciário maranhense. Após a assinatura do termo de alinhamento e compromisso, o ministro acompanhará a realização de uma audiência de custódia, a ser presidida pelo magistrado Antonio Luiz de Almeida, da Central de Inquérito, órgão do TJMA responsável pelas audiências de custódia na capital. Nas audiências de custódia, presos em flagrante são levados à presença de um juiz para que seja feita uma primeira análise sobre a necessidade e o cabimento da prisão ou a adoção de medidas alternativas.

Às 13h, Ricardo Lewandowski será recebido pelo governador do Maranhão, Flávio Dino, em seu gabinete, no Palácio dos Leões. E às 13h30, o mesmo termo será assinado pelo governo do Maranhão e formalmente finalizado. A cerimônia acontece no Salão dos Atos e será acompanhada da outorga da Ordem dos Timbiras ao presidente do CNJ, no Salão Nobre do palácio.

Tatiane Freire

Agência CNJ de Notícias

Serviço:
Assinatura de Termos de Compromisso para reestruturação do sistema prisional do Maranhão

Órgãos envolvidos: CNJ, MJ, TJMA, Corregedoria-Geral de Justiça do Maranhão, Governo do Estado, Defensoria Pública do Maranhão e OAB-MA.
Horário: 11h30
Local: Salão Nobre do TJMA
Horário: 13h30
Local: Salão dos Atos do Palácio dos Leões